

Deu no New York Times: você está sendo vigiado

A notícia circula em todos os meios de comunicação mundo afora desde a semana passada e a cada dia surgem novos detalhes: os internautas estão sendo monitorados pelo governo dos Estados Unidos. E-mails, áudios, vídeos, fotografias, documentos. A Agência de Segurança Nacional e o FBI têm acesso a tudo o que circula nos servidores de nove grandes empresas de internet americanas. Mais do que isso, Facebook, Google, Microsoft e outras companhias de tecnologia facilitaram o envio de dados de usuários ao governo. Por aqui, como o SINTRAJUSC noticiou, o TRT-12 migrou o e-mail dos servidores e juízes para o Gmail, o novo e-mail corporativo do Tribunal. O Gmail pertence ao Google. O Sindicato insiste na gravidade da decisão do TRT-SC, ainda mais diante da comprovação de que não há privacidade pessoal ou institucional na internet.

Contra o Google havia processos e investigações por quebra de privacidade em vários países, tanto por razões pessoais, como uso de imagens, quanto comerciais e de estado. Mas agora está comprovado: não se trata de fatos isolados. A vigilância do que circula na internet é uma política de estado. Em sua justificativa para o que potencialmente representa uma invasão

macia na vida privada de bilhões de usuários da internet em todo o mundo, o presidente Barack Obama afirmou: "Não se pode ter 100% de privacidade e 100% de segurança".

O espantoso é a forma de repercussão do fato no Brasil. Na Europa, os governos e a população estão debatendo o assunto a sério. Por aqui, se reproduz o que sai na mídia internacional sem que haja a menor reflexão sobre as implicações da denúncia.

Empresas receptivas

Segundo o *New York Times*, um dos mais influentes jornais em circulação, dentre as grandes empresas, o Twitter se recusou a colaborar, mas outras foram mais receptivas: "De acordo com participantes dessas negociações, a lista das que aceitaram conversar inclui Google, Microsoft, Yahoo, Facebook, AOL, Apple e Paltalk. Elas foram legalmente requisitadas a compartilhar seus dados com base na Lei de Vigilância de Inteligência Estrangeira (Fisa, em inglês). Repassar informações em cumprimento à Fisa é uma obrigação legal, mas facilitar o trabalho do governo em obter dados não o é. Por isso, o Twitter pôde se recusar a cooperar de forma mais ampla".

Em pelo menos dois casos, segundo o jornal, no Google e Facebook,

"uma das propostas discutidas era criar uma versão digital dos escritórios onde as empresas guardam suas informações sigilosas, geralmente em grandes servidores. Por meio desses portais, o governo pediria os dados e as companhias os forneceria". O executivo-chefe do Google, Larry Page, respondeu: "O governo americano não tem acesso direto ou uma 'porta dos fundos' para obter informação armazenada em nossos servidores. Nós fornecemos dados de usuários ao governo apenas em cumprimento à lei".

Mais um trecho da notícia: "Comunicados de Facebook, Microsoft, Yahoo, Apple, AOL e Paltalk seguiam o mesmo argumento. Mas, em vez de uma 'porta dos fundos' para acessar os servidores, as companhias foram essencialmente requisitadas a fazer uma caixa postal fechada e dar a chave ao governo, segundo os envolvidos nas negociações. O Facebook, por exemplo, elaborou um sistema nesse formato para o pedido e a coleta de dados por parte das autoridades."

A existência dessas negociações, segundo o jornal, revela como as companhias de internet, cada vez mais no centro da vida privada dos cidadãos, se relacionam com agências de espionagem, interessadas em seu vasto acervo de e-mails, vídeos, conversas

on-line, fotos e conteúdos de pesquisa. Governo e empresas de tecnologia trabalham juntos.

Os pedidos com base na Lei de Vigilância de Inteligência Estrangeira (Fisa) podem variar de solicitações sobre um usuário específico a uma vasta gama de dados, como um acervo de pesquisas sobre um determinado termo em mecanismos de busca. No ano passado, o governo dos EUA fez 1.856 requerimentos amparados nessa lei, um aumento de 6% em relação a 2011.

A fonte que revelou ao jornal britânico The Guardian o programa secreto de grampos telefônicos e vigilância na internet do governo americano, Edward Snowden, 29 anos, ex-agente da CIA, disse: "Minha única motivação é informar o público, assim como dizer o que é feito em nome dele e o que é feito contra ele. Eu não tenho intenção de esconder quem eu sou porque não fiz nada errado. Eu não me vejo como um

herói porque o que estou fazendo é de meu próprio interesse: não quero viver em um mundo onde não há privacidade nem espaço para a exploração intelectual e a criatividade. O que eles (o governo) estão fazendo é uma ameaça existencial à democracia."

Ter acesso a tudo o que circula na internet, violando os direitos dos cidadãos, não está garantindo a tão almejada segurança para os EUA. "As falhas de segurança continuam ocorrendo nos EUA não por falta de quantidade de informações, que eles têm de sobra, mas por falta de capacidade de analisar essas informações", disse à Agência Estado João Roberto Martins Filho, professor de ciência política da Universidade Federal de São Carlos e ex-presidente da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Ele lembrou que os serviços de inteligência tinham informações sobre os autores do atentado na Maratona de Boston, no dia

15 de abril, mas isso não impediu que ele ocorresse.

Robert Baer, ex-agente da CIA e autor de três livros sobre terrorismo, disse à imprensa que o problema do programa do governo é que ele recolhe de forma indiscriminada uma quantidade enorme de dados e os mantém arquivados em um banco de dados, possibilitando o mau uso da informação: "Se eu tiver o número do seu celular, tenho o número de seu cartão de crédito, sei onde você jantou ontem, posso reconstruir sua vida toda", exemplificou. "É disso que as pessoas têm medo."

Mesmo a mídia conservadora concordou que há dois aspectos perturbadores do programa dos EUA: ele é sigiloso e legal. Isso mostra como é temerário colocar toda a comunicação interna de servidores e magistrados nas mãos de uma empresa privada monitorada (e se deixando monitorar!) pelo governo dos EUA.

SOBRE A GREVE DE MOTORISTAS E COBRADORES DE FLORIANÓPOLIS

Na atual Greve de motoristas e cobradores da Grande Florianópolis, o desembargador Gilmar Cavalieri, do TRT-SC, determinou, em ação cautelar ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), que 100% da frota de ônibus circule nos períodos de pico, considerado como das 5h30 às 8h e das 17h30 às 20h, e de 50% no horário das 11h30 às 14h, por linha. O SINTRAJUSC questiona uma determinação desta espécie por parte da Justiça do Trabalho. O desembargador Gilmar Cavalieri, que puniu os servidores com desconto de salário na Greve pelo PCS, também pune a Greve dos motoristas e cobradores ao simplesmente barrar por completo o Direito de Greve. Manter 100% da frota em uma situação de normalidade já é uma operação de forte esquema empresarial. Em uma Greve, tal determinação beira o absurdo. A decisão revela mais um episódio da judicialização extrema da luta

dos trabalhadores, quando se sabe que recorrer ao poder público deveria ser a última etapa da negociação.

Para os trabalhadores poderem cumprir essa decisão só se retornarem ao trabalho. É decretar a impossibilidade de exercerem o direito constitucional de Greve! De fato, 100% (ou qualquer índice assim alto) de ônibus rodando nos horários de pico é proibir pura e simplesmente o direito de Greve. As empresas e as autoridades públicas (estatais) podem dessa forma criminalizar a Greve não pelo mérito dela em si, e sim pelo subterfúgio de os trabalhadores não estarem cumprindo um índice determinado. É o poder estatal coagindo os trabalhadores em seus direitos!

Nossa categoria enfrentou situação parecida quando, no ano passado, em meio à luta pelo PCS, havia uma determinação judicial de manter 80% dos servidores da Justiça Eleitoral trabalhando. É o tipo de decisão judicial

que vai empurrando as categorias funcionais para acordos rebaixados e perdas salariais crescentes.

Nós, servidores do Judiciário Federal, em particular os colegas da Justiça do Trabalho, temos que fazer as devidas reflexões e críticas a esta postura por parte do TRT, pois, ao contrário de tentar evitar conflitos, passa a insuflá-los ao não apresentar uma proposta moderada de conciliação, se colocando ao lado das empresas e da prefeitura. O papel e a legitimidade da Justiça do Trabalho como órgãos para dirimir conflitos trabalhistas são na certa questionados por diversas categorias de trabalhadores e seus Sindicatos quando se assume este tipo de postura. Por negociação e respeito aos trabalhadores em Greve!

Diretoria Executiva do SINTRAJUSC (Sindicato dos Trabalhadores no Poder Judiciário Federal no Estado de Santa Catarina)

O SINTRAJUSC tem reunião nessa sexta, dia 14, às 16h, com a nova direção da Amatra-SC, para discutir PJe, corte de funções e lotação mínima nas Varas.